

Política

CRISE

PRORROGAÇÃO: DIA DE DESMENTIDOS.

A cúpula do PMDB reagiu à acusação de que peemedebistas estão articulando o adiamento das eleições municipais. Mas o deputado Victor Faccioni insistiu: Quêrcia está por trás de tudo.

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) acusou, ontem, o governador Orestes Quêrcia de ser um dos articuladores do adiamento das eleições municipais para o próximo ano. Diz Faccioni que, como candidato inconfesso à Presidência da República pelo PMDB — esvaziado da maioria dos progressistas e históricos —, o governador de São Paulo quer disputar numa eleição "casada", para contar com o auxílio dos candidatos a prefeito e a vereador.

Victor Faccioni disse, ainda, que outros peemedebistas, candidatos a prefeito, também estão trabalhando pelo adiamento, pois querem contar com a ajuda do candidato à Presidência pelo PMDB. Nesse sentido, os interesses seriam comuns, já que tanto esses candidatos quanto Quêrcia precisam enfrentar uma eleição "solteira" onde os riscos de derrota são maiores.

De sua parte, porém, Quêrcia criticou o possível adiamento. Referindo-se à emenda do senador Aureo Mello (veja abaixo), que propõe a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, o governador disse que "mandato eleito deve ser respeitado e cumprido", razão pela qual não concorda com nenhum tipo de adiamento. "Seria um precedente perigoso", disse Quêrcia.

Os principais líderes do PMDB também contestaram acusações de que setores do partido estariam interessados na prorrogação dos atuais mandatos. "Entendo que isso é um golpe à democracia", disse o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Mais indignado, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, deu um "basta" a essas acusações: "Diria que minha história no PMDB acabaria no instante em que o partido cometesse a suprema indignidade de votar a prorrogação dos mandatos", afirmou, sob aplausos de quase todos os presentes à sessão de ontem da Constituinte.

O secretário-geral do PMDB, Milton Reis (MG), afirmou, em nome da Executiva Nacional, que "nosso programa partidário é contra toda e qualquer prorrogação".

O PMDB se defende

O líder Mário Covas estava particularmente indignado porque alguns oradores usaram a tribuna da Constituinte para dar destaque a notícias de que o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) já estaria aconselhando prefeitos gaúchos a se prepararem para a prorrogação. Irajá estaria inclusive incentivando esses prefeitos a pressionarem os deputados e senadores para lutarem pelo adiamento de seus mandatos.

"O PMDB — disse Covas — não terá na sua liderança e nos seus membros quem quer que seja a favor de qualquer prorrogação. Este partido tem muitos problemas internos, mas tem a compostura necessária para resolvê-los internamente, e não admite que quem quer que seja, sobretudo quem não tem a história deste partido, venha se colocar como censor de suas atitudes", concluiu, dizendo que a luta que se trava na Constituinte é "entre quem tem caráter e quem não tem".

Mas ele foi contestado imediatamente. O deputado Manoel Castro (PFL-BA) disse

Três ameaças, uma só saída.

Na prática, a realização de eleições para prefeitos e vereadores pode vir a ser inviabilizada graças a um artigo já aprovado pela Constituinte. E há, ainda, a ameaça de duas emendas, do deputado Gilson Machado (PFL-PE) e do senador Aureo Mello (PMDB-AM), que propõem, diretamente, o adiamento das eleições. Para evitar a prorrogação, os constituintes só têm uma saída: aprovar uma terceira emenda, do deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA).

Pelo artigo, aprovado no início do mês pela Constituinte, o número de vereadores de cada município deverá ser fixado pelas Constituintes estaduais, que só serão instaladas após a promulgação da futura Constituição federal. Como dificilmente essas

que um deputado peemedebista, Genebaldo Correa (BA), na presença de outro peemedebista, Virgildásio de Senna (BA), o procurou para obter apoio à tese de prorrogação. Covas, porém, exibiu emenda do próprio Genebaldo Correa (veja abaixo) que, indiretamente, marca as eleições municipais para este ano. "Temos de aprovar esta emenda", disse Covas.

Mas Manoel Castro prosseguiu com suas acusações, dizendo que "o prefeito de Salvador (Mário Kertesz), também do PMDB, está nas páginas dos jornais a chamar de históricos seus colegas que defendem eleições este ano. A verdade é que muitos que aqui falam que são contra a prorrogação lá fora trabalham por ela", disse.

Eleições garantidas?

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), também garantiu que as municipais serão realizadas este ano, mesmo que a promulgação da Constituição atrase, pois o Congresso Nacional poderá regulamentar as eleições em tempo hábil. "Vamos garantir a realização das eleições municipais em 1988, conforme estão perfeitamente programadas", afirmou Ibsen Pinheiro.

"As eleições previstas para este ano devem ser realizadas, mesmo que venham a sofrer algum atraso em consequência da promulgação da nova Constituição", defendeu, em Porto Alegre, o governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB). "À exceção dos prefeitos das capitais e das cidades que eram áreas de segurança nacional, todos os demais foram eleitos por seis anos. É um mandato muito longo e provoca o desgaste natural", disse Álvaro Dias.

Para o governador de Goiás, Henrique Santillo, o adiamento seria "inconveniente". "A minha posição é no sentido de que as eleições sejam realizadas na data prevista", disse Santillo. Idêntica opinião foi manifestada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga (PSB), para quem "para a consolidação da democracia, precisamos manter o hábito de cumprir os períodos de mandatos pré-fixados". Saturnino lembrou que os partidos estão preparados para as eleições e já há candidaturas lançadas. "Quanto às regras eleitorais, elas podem ser restabelecidas pela própria Assembleia Nacional Constituinte nas disposições transitórias", sugeriu Saturnino.

Movimentos

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, também se colocou contrário à prorrogação do mandato dos prefeitos e vereadores, embora reconhecesse que há um movimento dentro e fora da Constituinte pela não realização das eleições municipais em novembro próximo.

"Recebi apelos neste sentido, há um mês, da parte de prefeitos do PMDB a quem disse que não contassem comigo. O argumento dos prefeitos é de que, no próximo ano, terão mais recursos para a realização de programas, com a efetivação da reforma tributária, contida na nova Constituição", denunciou Passarinho.

Constituintes terminarão seus trabalhos em tempo hábil, a prorrogação dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores será fatal.

Mas, pela emenda Genebaldo Correa — que precisará de 280 votos para ser aprovada —, a fixação do número de vereadores é transferida para lei ordinária ou, em caso de emergência, para regulamentação do Superior Tribunal Eleitoral.

Já a emenda Gilson Machado transfere, sem meias palavras, as eleições para o ano que vem. E a de autoria do senador Aureo Mello joga a eleição para 1990 — e tem pedido de destaque, que lhe dá prioridade de votação no plenário da Constituinte.



Foto: Alencar Monteiro.
Covas: contra a prorrogação.

Continua a debandada no PMDB. E a quantidade de dissidentes deve aumentar com a formação do bloco de Sarney e com a saída dos que apenas vão romper com o governo.

PMDB: mais dois fora.

Os deputados José Costa (AL) e Tadeu França (PR) engrossaram ontem o número de constituintes do PMDB que saíram do partido, elevando-o para 26 até agora. Como Fernando Lyra e Cristina Tavares, os dois comunicaram a saída da tribuna com ataques ao partido, embora menos contundentes. As divisões no PMDB, no entanto, não se limitam a esses desligamentos. Há também os dois blocos em formação na Constituinte — o de apoio a Sarney, que segundo o Planalto terá no mínimo 150 parlamentares do PMDB; e o do rompimento com o governo, coordenado entre outros pelo senador Fernando Henrique Cardoso, que anunciou já ter obtido a assinatura da maioria do Senado para o manifesto do grupo.

Ao anunciar seu desligamento, o deputado José Costa disse que "o PMDB é hoje uma frente tão ampla que abriga grupos cujas propostas se excluem, que vão da extrema-direita à extrema-esquerda". Acrescentou que o partido "tem um presidente que, em função dos múltiplos afazeres, não tem condições de administrá-lo".

Tadeu França, por sua vez, disparou: "O governo saiu do PMDB, mas o PMDB não soube sair do governo. Na hora falou mais alto a força dos cargos. Deixo, pois, o PMDB que não teve forças para sair do governo, das suas negociações da Seplan, do escândalo da importação de alimentos, da fraudulenta licitação, da ferrovia Norte-Sul, do comércio cada vez mais próspero das comissões clandestinas".

Em resposta, o deputado Lélcio de Souza (PMDB-RS) lamentou os desligamentos, considerando-os "intempestivos e temerários", e fez veemente defesa do partido: "Não podemos jogar fora essa estrutura. Vamos manter o partido, porque é o veículo apto a continuar a luta pelas transformações..."

Tanto o presidente do partido, Ulysses Guimarães, como o governador Orestes Quêrcia procuraram minimizar os desligamentos. Ulysses disse concordar com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para quem a totalidade dos que se estão retirando o faz por falta de espaço político nos respectivos Estados ou municípios ou nas suas relações com Brasília, principalmente

em função da obtenção de legenda para as eleições municipais de novembro.

Rompimento

Até ontem, tinha-se como certo que de 80 a 90 peemedebistas apoiariam a formação do bloco independente que promete romper com o governo. No Senado, mais de 20 senadores já tinham assinado o manifesto, entre eles Mário Covas, Fernando Henrique, José Richa, Nelson Carneiro, Severo Gomes, Rui Bacelar, Jutahy Magalhães, Ronan Tito e Mansueto de Lavor.

Na Câmara, os deputados Euclides Scalco (PR) e Antônio Brito (RS) começaram ontem a recolher assinaturas. O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, afirmou, no entanto, que só assinará o manifesto de rompimento se a maioria da bancada o apoiar.

Na Constituinte, o deputado Del Bosco Amaral acusou Fernando Henrique e o ex-governador Franco Montoro de pretendem romper com o governo depois de se terem aproveitado, centralizando nomeações no início do governo Sarney. "Agora, com os tempos tormentosos, querem deixar o barco que ajudaram a furar".

Del Bosco pediu a renúncia de Fernando Henrique à liderança, por seu grupo ser minoria na dissidência. Mas Fernando Henrique, ao lado, negou as acusações, invocando o testemunho de Ulysses Guimarães, Humberto Lucena e do próprio ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. E argumentou que foi reeleito para a liderança por unanimidade, além de ter obtido a assinatura da maioria do Senado para o manifesto de rompimento.

Bloco de Sarney

Já a formação do bloco de apoio a Sarney foi anunciada pelo ministro da Habitação, Prisco Viana, para depois da Semana Santa, quando os trabalhos de convencimento serão intensificados. Prisco afastou a possibilidade de o bloco transformar-se em novo partido a curto prazo, por causa da proximidade das eleições municipais de novembro.

O líder do PDS, Amaral Neto, negou que algum pedessista vá integrar esse bloco, mesmo porque "não vamos aderir a um governo morto e insepulto".

Cinco anos? Se for aprovado, Collor sai do PMDB.

Candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Melo, governador de Alagoas já decidiu: sairá do PMDB se a Constituinte aprovar os cinco anos para Sarney. Mas está disposto a lutar pelos quatro anos. Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e 1º vice-presidente da Executiva Nacional do partido, é pelas críticas construtivas e contrário à ideia de ser oposição a Sarney. Álvaro Dias, do Paraná, não quer os seis anos.

Os três governadores peemedebistas estiveram reunidos ontem, em Porto Alegre. "A mobilização popular e o pedido de diretas-já será mais forte do que a capacidade de aliciamento", declarou Collor de Melo, acrescentando que "o presidente José Sarney é, única e exclusivamente, o grande culpado pela crise em que vive o País. Mas, por vaidade pessoal, quer continuar governando".

Pedro Simon entende que seu partido não deve passar a fazer oposição ao presidente José Sarney, como desejam algumas facções internas. "O momento não é de passar para a oposição. O PMDB é governo e foi quem elegeu Sarney, mas não podemos deixar de fazer críticas construtivas para benefício da coletividade nacional", explicou Pedro Simon após assumir a presidência do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul — Codesul —, que teve a participação dos governadores Álvaro Dias, do Paraná, e Pedro Ivo, de Santa Catarina.

Sobre o mandato do presidente José Sarney, Álvaro Dias é contrário à hipótese dos seis anos. "Isso seria uma exceção, o que não é bom. A Constituinte já estabeleceu os cinco anos para os próximos presidentes, em função de princípios nacionais que estão acima dos pessoais", declarou esperando que as regras sejam mantidas também com relação a Sarney. Dias reforça ainda a importância do apoio ao presidente.

Seis anos? Se Sarney quiser, Iensen retira a emenda dos cinco.

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) admitiu ontem, em Curitiba, que poderá retirar sua emenda propondo cinco anos de mandato ao presidente Sarney, em favor de uma proposta para que o presidente fique seis anos.

A decisão do deputado depende apenas de duas consultas: a primeira ao próprio presidente, "para saber se ele quer mesmo ficar seis anos"; e outra aos 317 deputados que assinaram a emenda pelos cinco anos. Iensen disse que, na próxima segunda-feira, vai marcar uma audiência com o presidente Sarney e, se o resultado da conversa for "favorável aos seis anos", iniciará uma nova rodada de consultas aos deputados, para retirar a emenda.

O deputado disse não ter opinião a respeito da alteração do mandato e vai solicitar uma audiência a Sarney para saber o que "o presidente está querendo agora". Como costuma assegurar, Iensen se limita a "cumprir a vontade de Deus".

As resistências, porém, serão grandes, não só ao mandato de seis como ao de cinco anos para Sarney. Em nota oficial, distribuída ontem, o PT anuncia que vai começar a procurar dirigentes partidários e governadores que se opõem ao governo Sarney, ao mandato de cinco anos e à política econômica, para organização conjunta de grandes manifestações populares pela realização de diretas para presidente ainda este ano. A OAB-seção São Paulo e outras 75 entidades se reúnem hoje na sede da OAB com o mesmo objetivo e para decidir sobre a forma de realização de plebiscito sobre o mandato de quatro ou cinco anos para Sarney.

O senador Roberto Campos (PDS-MT) também manifestou-se ontem contrário aos seis anos, período "que sempre achei excessivo. Seis anos significam governo fatigado".



Collor



Iensen